Maxi educa

TJ-PB

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

ANALISTA JUDICIÁRIO
ÁREA JUDICIÁRIA



- APOSTILA COMPLETA
- MATERIAL PARA DOWNLOAD
- TEORIA E QUESTÕES

EDITAL Nº 01/2026

Maxi educa

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é ápenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Diferentes práticas que otimizam seus estudos
- Questões gabaritadas

Adquira agora o material completo.
www.maxieduca.com.br

SUMÁRIO

TJ-PB

Analista Judiciário – Área Judiciária

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados 1
Reconhecimento de tipos e gêneros textuais 6
Domínio da ortografia oficial 14
Domínio dos mecanismos de coesão textual. 21
Emprego de elementos de referenciação, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual 26
Emprego de tempos e modos verbais 27
Domínio da estrutura morfossintática do período. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto 29
Emprego das classes de palavras 35
Emprego dos sinais de pontuação 47
Concordância verbal e nominal 51
Regência verbal e nominal 57
Emprego do sinal indicativo de crase 64
Colocação dos pronomes átonos 68
Reescrita de frases e parágrafos do texto. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade 70
Significação das palavras 72
Substituição de palavras ou de trechos de texto 76
Redação Oficial 77
QUESTÕES 98
GABARITO 104

ÉTICA E GESTÃO NO SERVIÇO PÚBLICO

Princípios E Ética Na Administração Pública: Princípios constitucionais da Administração Pública. Moralidade administrativa e interesse público. Probidade e integridade. Conflito de interesses 1
Responsabilidade E Regime Funcional Do Servidor Público: Deveres e vedações. Responsabilização administrativa, civil e penal. Processo administrativo disciplinar e sanções 12
Improbidade Administrativa: Atos de improbidade administrativa. Responsabilização por atos de improbidade. Aplicação da legislação em situações concretas; Legislação: Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (Lei de Improbidade Administrativa) 20

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

Responsabilização de Pessoas Jurídicas por Atos Contra a Administração Pública: Responsabilidade objetiva. Atos lesivos contra a Administração Pública. Acordo de leniência e programas de integridade 40

Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional: Motivação, liderança e desempenho 53

Trabalho em equipe 57

Comunicação organizacional 66

Cultura e clima organizacional 72

Gestão de conflitos 80

Integridade Institucional no Poder Judiciário: Padrões de conduta ética. Transparência, controle e prestação de contas. Prevenção de irregularidades, fraudes e corrupção .. 86

Código de Conduta Ética dos Servidores do Poder Judiciário do Estado da Paraíba; Resolução TJPB nº 21/2025 (Código de Conduta Ética dos Servidores do Poder Judiciário do Estado da Paraíba) 95

Lei nº 12.846/2013 e suas alterações (Lei Anticorrupção) 103

Resolução TJPB nº 20/2025 (Programa de Integridade do Poder Judiciário do Estado da Paraíba) 109

Resoluções CNJ nº 230/2021, nº 351/2020 e nº 400/2021 112

Questões 133

GABARITO 141

NOÇÕES DE INFORMÁTICA E PROTEÇÃO DE DADOS

Fundamentos de informática: conceitos básicos de hardware e software 1

Sistemas operacionais e aplicativos 7

Redes de computadores e internet 27

Segurança da informação: princípios, ameaças e boas práticas 43

Proteção de dados pessoais: conceitos fundamentais e princípios; direitos do titular e bases legais de tratamento; agentes de tratamento e responsabilidades; segurança e boas práticas no tratamento de dados 63

Proteção de dados no âmbito do poder judiciário: políticas institucionais de privacidade e proteção de dados; tratamento de dados pessoais em atividades judiciais e administrativas; medidas de segurança, governança e conformidade 69

Lei nº 13.709/2018 (Lei geral de proteção de dados pessoais - lgpd) 74

Questões 97

Gabarito 103

DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição Federal de 1988; Noções de Direito Constitucional; Constituição: Conceito, Classificações 1

Princípios fundamentais 2

Direitos e garantias fundamentais: Direitos individuais e coletivos; Direitos sociais; Nacionalidade e direitos políticos 4

Organização do Estado: Federação, repartição de competências e entes federativos 17

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

Poder Legislativo: Processo legislativo e fiscalização 39
Poder Executivo: Atribuições e responsabilidades 51
Poder Judiciário: Organização, competências e controle administrativo (CNJ); Garantias da magistratura e funcionamento da justiça 56
Funções essenciais à justiça: Ministério Público; Advocacia Pública; Defensoria Pública 63
Questões 71
Gabarito 78

DIREITO ADMINISTRATIVO

Administração Pública: Conceito, organização e princípios 1
Administração Direta e Indireta, entidades paraestatais e terceiro setor 3
Regime jurídico-administrativo e papel do Estado 10
Atividade administrativa e atos administrativos: Ato administrativo, requisitos, atributos e invalidação 14
Poderes administrativos, poder de polícia e poder regulamentar 21
Discricionariedade: limites, controle e legitimidade 24
Agentes públicos: Regime jurídico, espécies, cargos e funções; Direitos, deveres e responsabilidade; Processo disciplinar 26
Licitações, contratos e parcerias: Licitação e princípios; Contratos administrativos; Concessões, permissões e parcerias; Licitações e contratos administrativos 45
Serviços públicos e intervenção do Estado: Conceito, regime e formas de prestação; Regulação, agências e domínio econômico; Intervenção na propriedade: limitações, desapropriação e função social 74
Controle da Administração Pública: Controle interno, externo e judicial; Atuação dos Tribunais de Contas e do Ministério Público; Controle social e transparência 84
Processo administrativo e garantias: Processo administrativo e direito à informação. 88
Meios de controle judicial: mandado de segurança, ação civil pública e ação popular. 97
Responsabilidade do Estado e improbidade: Responsabilidade civil do Estado 100
Improbidade administrativa e defesa do patrimônio público 105
Responsabilização de pessoas jurídicas 110
Bens públicos e políticas urbanas: Regime jurídico dos bens públicos 115
Intervenção estatal e instrumentos de política urbana 127
Improbidade Administrativa 132
Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa, com alterações) 137
Lei nº 9.784/1999 (regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, com alterações) 152
Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações, com alterações) 163
Questões 237
Gabarito 244

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015); Princípios, aplicação das normas processuais e cooperação judiciária; Jurisdição, ação e competência 1

Processo de conhecimento: Petição inicial, condições da ação e pressupostos processuais; Resposta do réu e estabilização da demanda; Saneamento e organização do processo; Audiências e meios de autocomposição (mediação, conciliação e justiça multiportas) 6

Provas: Teoria geral, ônus da prova e standards probatórios; Provas em espécie, prova ilícita e prova tecnológica; Poderes instrutórios do juiz 12

Tutelas provisórias: Tutela de urgência e de evidência; Estabilização e tutela cautelar 18

Sentença e coisa julgada: Formação, efeitos e limites; Remessa necessária; Preclusão e estabilidade das decisões 23

Cumprimento de sentença e execução: Teoria geral da execução; Execução de título judicial e extrajudicial; Execução contra a Fazenda Pública e execução de alimentos; Medidas executivas típicas e atípicas 29

Recursos e processos nos tribunais: Teoria geral dos recursos e recursos em espécie; Ordem dos processos no tribunal; Ação rescisória e outros meios de impugnação; Precedentes obrigatórios e técnicas de uniformização (IRDR, IAC e recursos repetitivos) 34

Processo coletivo e tutela de direitos; Microssistema da tutela coletiva; Ações coletivas e instrumentos de tutela de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos; Mandado de segurança individual e coletivo; Processo estrutural e efetivação de políticas públicas 41

Sujeitos do processo: Partes, capacidade, legitimação e representação; Litisconsórcio, intervenção de terceiros e amicus curiae; Deveres das partes e poderes do juiz 46

Procedimentos especiais: Procedimentos de jurisdição voluntária e ações de família; Juizados especiais; Arbitragem e outros meios adequados de solução de conflitos 52

Lei nº 7.347/1985 (Lei da Ação Civil Pública) 58

Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) 61

Lei nº 4.717/1965 (Lei da Ação Popular) 86

Questões 91

Gabarito 96

DIREITOS HUMANOS E TUTELA COLETIVA

Teoria geral dos direitos humanos: Fontes, princípios, características, dimensões e obrigações estatais de respeitar, proteger e promover direitos 1

Interpretação e solução de conflitos entre direitos 5

Proteção internacional dos direitos humanos: Sistemas global (ONU) e interamericano (OEA): estrutura, órgãos e mecanismos; Responsabilidade internacional do Estado e formas de reparação. Jurisprudência e casos relevantes 10

Direitos humanos e ordenamento jurídico brasileiro: Incorporação e hierarquia dos tratados; Controle de convencionalidade e diálogo das cortes; Implementação e políticas públicas de direitos humanos 15

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

Processo e garantias em direitos humanos: Dever estatal de investigar, processar e julgar violações e combate à impunidade 19

Acesso à justiça, centralidade das vítimas e proteção a vítimas e testemunhas (Lei nº 9.807/1999 e normas institucionais)..... 24

Igualdade e não discriminação: Direito antidiscriminatório e racismo (Lei nº 14.532/2023) 28

Proteção de grupos vulneráveis. Lei nº 8.069/1990 (ECA)..... 29

Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso)..... 99

Direitos humanos em contextos específicos: Sistema prisional, segurança pública e controle judicial..... 119

Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal) 124

Direitos socioambientais. Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente) e povos tradicionais (Decreto nº 6.040/2007 - PNPCT)..... 160

Violência de gênero (Lei nº 11.340/2006 - Lei Maria da Penha) e outros contextos de vulnerabilidade (Lei nº 13.146/2015 - Pessoa com Deficiência) 163

Efetivação dos direitos humanos: Tutela coletiva ação civil pública como instrumento de proteção de direitos fundamentais, controle de políticas públicas e enfrentamento de violações estruturais (Lei nº 7.347/1985 - Ação Civil Pública); Participação social, instrumentos de controle e mínimo existencial..... 195

Questões 198

Gabarito..... 207

DIREITO CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR

Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro-LINDB (Decreto-Lei nº 4.657/1942): Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das normas..... 1

Conflito das leis no tempo e eficácia no espaço 23

Código Civil (Lei nº 10.406/2002) - Parte Geral. Pessoas naturais: personalidade, capacidade, nome, estado civil, domicílio e ausência. Pessoas jurídicas: constituição, classificação, responsabilidade e desconsideração da personalidade. Bens: classificação e regimes jurídicos. Fatos e negócios jurídicos: elementos, representação, condição, termo, encargo, defeitos, validade e invalidade. Atos jurídicos lícitos e ilícitos, prescrição, decadência e prova. Obrigações: Conceito, fontes e classificação. Modalidades, transmissão e extinção. Inadimplemento, mora e perdas e danos. Contratos: Teoria geral, princípios (função social e boa-fé objetiva) e formação. Interpretação, efeitos e extinção. Contratos em espécie, incluindo locação e relações de consumo..... 26

Responsabilidade civil. Responsabilidade subjetiva e objetiva; Dano moral e material..... 73

Responsabilidade nas relações de consumo e do Estado..... 82

Direitos reais: Posse e propriedade: aquisição, perda e função social. Usucapião. Direitos reais em espécie (usufruto, servidões, uso, habitação e direito de laje) e registros públicos..... 85

Direito de família: Entidades familiares, casamento e união estável. Regime de bens. Alimentos. Tutela, curatela e tomada de decisão apoiada. Bem de família..... 112

Direito das sucessões: Sucessão legítima e testamentária. Herança, aceitação e renúncia..... 144

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

Ordem de vocação hereditária 163
Temas contemporâneos: Proteção de dados e contratos eletrônicos 166
Função social da propriedade e regularização fundiária 168
Responsabilidade civil em novos contextos. 171
Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990). Princípios e direitos básicos; Prevenção e tratamento do superendividamento 174
Responsabilidade pelo fato e vício do produto e do serviço 178
Práticas comerciais, oferta e publicidade 180
Cláusulas abusivas e proteção contratual 183
Defesa do consumidor em juízo 191
Decreto-Lei nº 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro) 200
Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) 200
Lei nº 8.245/1991 (Lei do Inquilinato) 225
Lei nº 8.009/1990 Lei da Impenhorabilidade do bem de Família) 242
Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet) 243
Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados pessoais) 251
Questões 274
Gabarito 282

DIREITO PENAL

Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940) - Parte Geral; Princípios constitucionais penais (legalidade, anterioridade, intervenção mínima, culpabilidade, proporcionalidade e individualização da pena) 1
Lei penal no tempo e no espaço, aplicação da lei penal e conflito aparente de normas 12
Teoria do crime (fato típico, ilicitude e culpabilidade); Dolo, culpa e erro (erro de tipo e erro de proibição); Iter criminis (consumação e tentativa, desistência voluntária, arrependimento eficaz e crime impossível); Concurso de pessoas 18
Penas (espécies, aplicação, dosimetria e regimes de cumprimento); Penas restritivas de direitos e multa 36
Medidas de segurança 49
Concurso de crimes 55
Suspensão condicional da pena e livramento condicional; Efeitos da condenação e reabilitação 60
Extinção da punibilidade 63
Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940); Parte Especial; Crimes contra a pessoa. . 69
Crimes contra o patrimônio 114
Crimes contra a dignidade sexual 146
Crimes contra a fé pública 164
Crimes contra a Administração Pública 177
Crimes contra a incolumidade pública e a paz pública 187
Crimes contra a família e contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos 199
Crimes contra a propriedade imaterial 209

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

Legislação Penal Especial: Atuação do Poder Judiciário na aplicação da lei penal e na execução penal 215
Controle judicial de legalidade de atos investigativos e medidas cautelares 219
Garantias processuais penais e sua relação com direitos fundamentais 224
Proteção de grupos vulneráveis no processo penal 228
Integração entre jurisdição penal e políticas judiciárias 233
Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal) 236
Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas) 272
Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) 296
Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) 309
Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) 376
Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) 396
Lei nº 8.072/1990 (Lei dos Crimes Hediondos) 428
Lei nº 9.455/1997 (Lei de Tortura) 432
Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade) 433
Lei nº 12.850/2013 (Lei de Organizações Criminosas) 439
Lei nº 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro) 449
Lei nº 9.296/1996 (Lei de Interceptações Telefônicas) 458
Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento) 460
Lei nº 7.716/1989 (Lei de Crimes Resultantes de Preconceito de Raça ou de Cor) 470
Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) 473
Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro) 487
Lei nº 12.737/2012 (Lei de Crimes Informáticos) 580
Lei nº 9.807/1999 (Lei de Proteção a Vítimas e Testemunhas) 581
Lei nº 13.431/2017 (Lei do Depoimento Especial) 585
Lei nº 14.344/2022 (Lei Henry Borel) 592
Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime) 601
Questões 624
Gabarito 635

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689/1941) - Introdução e fundamentos: Definições, fontes e princípios do Direito Processual Penal 1
Lei processual penal no tempo e no espaço e direito intertemporal 11
Tratados e convenções internacionais e sua posição hierárquica 14
Sistemas processuais penais e garantismo 17
Princípios constitucionais do processo penal 19
Teoria geral do processo penal e estrutura da relação processual 23
Sujeitos processuais e seus papéis 26
Investigação criminal e fase pré-processual: Inquérito policial, termo circunstanciado e procedimentos investigatórios (instauração, tramitação, arquivamento e desarquivamento) 35

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

Investigação pelo Ministério Público e controle judicial 39
Direitos do investigado e indiciamento 42
Acordos na fase pré-processual (acordo de não persecução penal) 45
Poderes investigatórios e limites constitucionais 48
Ação penal e jurisdição: Ação penal (condições, princípios, espécies e classificação) 51
Denúncia e queixa (requisitos, recebimento, rejeição e aditamento); Absolvição sumária 55
Emendatio e mutatio libelli 67
Jurisdição e competência (critérios, modificação, conexão e continência) 68
Foro por prerrogativa de função e duplo grau de jurisdição 78
Processo e procedimentos: Procedimentos comum (ordinário, sumário e sumaríssimo) e especiais 85
Tribunal do júri 87
Resposta à acusação, instrução e julgamento 92
Interrogatório e meios de defesa 94
Atos processuais (tempo, lugar e forma); Comunicação dos atos (citação, intimação e notificação, inclusive meios eletrônicos) 98
Revelia e seus efeitos 101
Prova: Teoria geral da prova (princípios, admissibilidade e valoração); Meios de prova típicos e atípicos; Cadeia de custódia; Provas digitais; Prova ilícita e suas derivações; Interceptação telefônica e meios de obtenção de prova 105
Medidas cautelares probatórias 109
Prisões e medidas cautelares: Prisão processual (espécies e fundamentos); Sistema constitucional de prisão e liberdade; Medidas cautelares diversas da prisão; Liberdade provisória, com ou sem fiança 112
Audiências de custódia 119
Medidas cautelares reais (sequestro, inclusive pelo equivalente e alargado) 128
Poder geral de cautela do juiz criminal 134
Nulidades e atos processuais: Inexistência, nulidades e irregularidades; Nulidades absolutas e relativas; Princípio do prejuízo 137
Recursos e ações autônomas de impugnação: Teoria geral dos recursos (princípios, pressupostos e admissibilidade); Recursos em espécie no processo penal; Recursos nos tribunais e legislação especial; Ações autônomas (habeas corpus, revisão criminal, mandado de segurança e reclamação) 139
Execução penal: Princípios da execução penal; Regimes de cumprimento de pena; Progressão e regressão de regime; Remição e benefícios; Incidentes e recursos na execução; Regime disciplinar diferenciado 146
Temas contemporâneos e políticas judiciárias: Direitos das vítimas e políticas de atendimento no âmbito do Poder Judiciário; Justiça restaurativa; Violência doméstica e medidas protetivas de urgência; Proteção de grupos vulneráveis no processo penal; Obrigações estatais de investigar, processar e julgar e combate à impunidade 156
Legislação processual penal especial: Lei nº 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais) 170
Lei nº 10.259/2001 (Lei dos Juizados Especiais Federais) 183

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas); Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha); Lei nº 12.850/2013 (Lei de Organizações Criminosas); Lei nº 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro); Lei nº 13.431/2017 (Lei do Depoimento Especial); Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime); Lei nº 14.344/2022 (Lei Henry Borel); Lei nº 9.807/1999 (Lei de Proteção a Vítimas e Testemunhas)..... **186**

Lei nº 14.245/2021 (Lei Mariana Ferrer) **186**

QUESTÕES..... **187**

GABARITO **192**

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Língua Portuguesa

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita , ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema , os fatos e os argumentos centrais.

A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais , que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário :** O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe:** A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência:** são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textosnão-verbais , que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

A expressão Administração Pública em sentido objetivo traduz a ideia de atividade, tarefa, ação ou função de atendimento ao interesse coletivo. Já em sentido subjetivo, indica o universo dos órgãos e pessoas que desempenham função pública.

Conjugando os dois sentidos, pode-se conceituar a Administração Pública como sendo o conjunto de pessoas e órgãos que desempenham uma função de atendimento ao interesse público, ou seja, que estão a serviço da coletividade.

Princípios da Administração Pública

Nos termos do *caput* do art. 37 da CF, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

As provas de Direito Constitucional exigem com frequência a memorização de tais princípios. Assim, para facilitar essa memorização, já é de praxe valer-se da clássica expressão mnemônica "LIMPE". Observe o quadro abaixo:

Princípios da Administração Pública	
L	Legalidade
I	Impessoalidade
M	Moralidade
P	Publicidade
E	Eficiência
LIMPE	

Passemos ao conceito de cada um deles:

Princípio da Legalidade

De acordo com este princípio, o administrador não pode agir ou deixar de agir, senão de acordo com a lei, na forma determinada. O quadro abaixo demonstra suas divisões.

Princípio da Legalidade	
Em relação à Administração Pública	A Administração Pública somente pode fazer o que a lei permite → **Princípio da Estrita Legalidade**
Em relação aO particular	O particular pode fazer tudo o que a lei não proíbe

Princípio da Impessoalidade

Em decorrência deste princípio, a Administração Pública deve servir a todos, sem preferências ou aversões pessoais ou partidárias, não podendo atuar com vistas a beneficiar ou prejudicar determinadas pessoas, uma vez que o fundamento para o exercício de sua função é sempre o interesse público.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

A informática é a área relacionada ao tratamento automático da informação por meio de recursos computacionais. Ela envolve o uso de computadores, programas, redes, dispositivos digitais e sistemas capazes de receber dados, processá-los, armazená-los e apresentar resultados úteis ao usuário. Em sentido amplo, a informática não se limita ao uso de computadores pessoais, pois também está presente em celulares, caixas eletrônicos, sistemas bancários, plataformas educacionais, equipamentos hospitalares, veículos, indústrias e diversos serviços digitais.

O termo “informação” é essencial para compreender essa área. Dados isolados, como números, letras ou símbolos, passam a ter valor quando são organizados e interpretados dentro de um contexto. Um computador, por exemplo, pode receber os dados de uma planilha de notas escolares, processá-los e gerar médias, relatórios e gráficos. Nesse processo, a informática transforma dados brutos em informações compreensíveis e úteis para a tomada de decisões.

▸ Diferença entre hardware e software

Componentes físicos e componentes lógicos

Em um sistema computacional, hardware e software são elementos complementares. O hardware corresponde à parte física do computador, isto é, tudo aquilo que pode ser tocado, como monitor, teclado, mouse, placa-mãe, processador, memória, impressora, gabinete, cabos e demais dispositivos. Já o software corresponde à parte lógica, formada por programas, sistemas e instruções que orientam o funcionamento da máquina.

Para compreender essa diferença de modo didático, pode-se comparar o computador a um corpo organizado. O hardware seria a estrutura física, composta por peças e dispositivos. O software seria o conjunto de comandos e regras que permite a essa estrutura executar tarefas. Um computador sem software é apenas um conjunto de componentes eletrônicos sem orientação funcional; por outro lado, um software sem hardware não possui meio físico para ser executado.

A tabela a seguir sintetiza as principais diferenças entre hardware e software, permitindo visualizar de maneira objetiva como esses dois elementos se distinguem e, ao mesmo tempo, se complementam no funcionamento do computador.

Aspecto comparado	Hardware	Software
Natureza	Parte física do computador	Parte lógica do computador
Forma de existência	Pode ser tocado e visualizado fisicamente	Não pode ser tocado; existe como instruções, códigos e programas
Função principal	Executar fisicamente as operações e permitir a interação com o sistema	Orientar, controlar e organizar o funcionamento do hardware
Exemplos	Teclado, mouse, monitor, processador, memória, HD, SSD e impressora	Sistema operacional, navegador, editor de texto, antivírus, aplicativos e jogos
Dependência	Precisa de software para executar tarefas úteis	Precisa de hardware para ser instalado, executado e utilizado
Tipo de problema comum	Falha física, mau contato, superaquecimento, desgaste ou quebra de componente	Erro de instalação, travamento, vírus, incompatibilidade ou falha de atualização

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Constituição Federal de 1988; Noções de Direito Constitucional; Constituição: Conceito, Classificações

Em 1984, o país foi mobilizado pelo movimento conhecido como Diretas Já, isto é, a reivindicação popular pela eleição direta do presidente da República em 1985, isto é, por meio do voto popular.

A elaboração da Constituição de 1988 ficou marcada pela ampla participação de grupos populares, com atuação de "associações, comitês pró-participação popular, plenários de ativistas, sindicatos" etc.

A Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, foi resultado do esforço político pela redemocratização e símbolo do fim do autoritarismo dos militares. Criada após o fim da Ditadura Militar, foi idealizada a partir de amplos debates e intensa participação social, a fim de assegurar a liberdade de pensamento e criar mecanismos para evitar abusos de poder pelo Estado.

A Constituição Federal trouxe inovações no âmbito dos direitos humanos e políticos e resgatou garantias individuais que eram previstas desde a Constituição de 1946, mas que foram suprimidas no período militar.

A chamada "Constituição Cidadã[1]" pode ser classificada como analítica, em razão da extensão do texto e do detalhamento de diversas matérias. Contudo, devido aos resquícios do poder militar, seu escrito procurou traduzir as mágoas do ambiente antidemocrático implantado pela política militar. Segundo Ulysses Guimarães, a Constituição de 1988 "diferentemente das sete Constituições anteriores, começa com o homem. Geograficamente testemunha a primazia do homem, foi escrita para o homem e o homem é seu fim e sua esperança, é a Constituição Cidadã."

Suas grandes contribuições foram a criação e ampliação dos direitos fundamentais e sociais, a maior participação da sociedade civil na vida política e a reformulação do Estado, que passa a ser norteado pela observância das normas de direito criadas com ampla participação popular: O Estado Democrático de Direito.

A Constituição[2] rígida é a lei suprema. É ela a base da ordem jurídica e a fonte de sua validade. Por isso, todas as leis a ela se subordinam e nenhuma pode contra ela dispor.

A supremacia da Constituição decorre de sua origem. Ela provém de um poder que institui todos os outros e não é instituído por qualquer outro; de um poder que constitui os demais e é por isso denominado poder constituinte.

Por outro lado, da superioridade da Constituição resulta serem viciados todos os atos que com ela conflitem, ou seja, dela resulta a inconstitucionalidade dos atos que a contrariem. Ora, para assegurar a supremacia da Constituição é preciso estabelecer um controle, um controle sobre os atos jurídicos, a fim de identificar os que, por colidirem com a Constituição, não são válidos.

▸ Objetivos[3]

A estruturação do Estado Democrático de Direito (como ocorre no Brasil) legitima-se, sempre que suas finalidades encerrarem mandamentos ao bem comum, ao desenvolvimento nacional, ao respeito aos valores sociais do trabalho, à livre iniciativa, o pluralismo político, e principalmente à observância do princípio da dignidade da pessoa humana (e seus desdobramentos).

Com esse fim, A Constituição Federal estabelece, em seu art. 3º (título dos princípios fundamentais) os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, os seguintes:

***Art. 3º** Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:*

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – garantir o desenvolvimento nacional;

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

---

1 Reis Trindade, André Fernando D. Manual de direito constitucional. (2nd edição). Grupo GEN, 2015.
2 Filho, Manoel Gonçalves F. Curso de Direito Constitucional. (42nd edição). Grupo GEN, 2022.
3 https://www.jusbrasil.com.br/artigos/os-objetivos-fundamentais-presentes-na-constituicao-federal-e-o-direito-tributario-por-jorge-henrique-sousa-frota/1132622662

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Sentidos da Administração Pública

Sentido subjetivo e sentido objetivo

A Administração Pública pode ser compreendida em dois sentidos principais. Em sentido subjetivo, orgânico ou formal, representa o conjunto de órgãos, entidades e agentes responsáveis pelo exercício da função administrativa. Nesse caso, observa-se quem atua: ministérios, secretarias, autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e servidores públicos.

Em sentido objetivo, material ou funcional, Administração Pública significa a própria atividade administrativa. Nesse enfoque, não se analisa quem executa, mas o que é executado: prestação de serviços públicos, exercício do poder de polícia, fomento, intervenção administrativa, fiscalização e gestão de bens e interesses públicos.

Sentido	Foco principal	Exemplo
Subjetivo	Quem exerce a função administrativa	Órgãos, entidades e agentes
Objetivo	Qual atividade é exercida	Serviço público, fiscalização e fomento

Função administrativa

Execução concreta do interesse público

A função administrativa consiste na atividade concreta, direta e contínua desenvolvida pelo Estado para atender às necessidades coletivas. Ela se diferencia da função legislativa, que cria normas gerais, e da função jurisdicional, que resolve conflitos com definitividade. A Administração Pública atua executando a lei, prestando serviços, organizando estruturas, controlando atividades privadas e protegendo o patrimônio público.

Organização administrativa

Administração direta e indireta

A Administração direta é formada pelos entes políticos: União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Dentro deles existem órgãos públicos, sem personalidade jurídica própria, responsáveis pela execução de competências internas.

A Administração indireta é formada por entidades com personalidade jurídica própria, criadas ou autorizadas para desempenhar atividades específicas. Inclui autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista. Essa divisão permite distribuir tarefas, especializar funções e tornar a atuação administrativa mais eficiente.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

O Código de Processo Civil como sistema normativo

Origem e arquitetura do Código

Gênese legislativa e fundamento constitucional

A Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, instituiu o Código de Processo Civil em vigor e revogou a codificação anterior, de 1973. Publicada em 17 de março de 2015, entrou em vigor após um ano de vacância, nos termos do art. 1.045, de modo que sua eficácia teve início em março de 2016. A elaboração partiu de anteprojeto preparado por comissão especial de juristas e foi debatida no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, com o propósito declarado de alinhar o procedimento comum à Constituição de 1988, que consagrou o acesso à justiça, o devido processo legal, o contraditório, a ampla defesa e, a partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, a razoável duração do processo. O art. 1º expressa essa diretriz ao determinar que o processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais estabelecidos na Constituição da República.

Divisão em Parte Geral, Parte Especial e Livro Complementar

O Código divide-se em Parte Geral, Parte Especial e Livro Complementar. A Parte Geral reúne as normas processuais civis, a função jurisdicional, os sujeitos do processo, os atos processuais, a tutela provisória e a formação, a suspensão e a extinção do processo. Essa disposição tem efeito prático relevante, pois as regras gerais irradiam-se por todos os procedimentos, inclusive os especiais e os executivos. A Parte Especial contém o processo de conhecimento e o cumprimento de sentença, que abrigam também os procedimentos especiais (Livro I), o processo de execução (Livro II) e os processos nos tribunais e os meios de impugnação das decisões judiciais (Livro III). O Livro Complementar traz as disposições finais e transitórias, entre elas as regras de direito intertemporal. A tutela provisória, por exemplo, está na Parte Geral justamente porque se aplica ao conhecimento, à execução e aos tribunais.

Normas fundamentais e matriz cooperativa

Constitucionalização das garantias processuais

O Capítulo I do Livro I da Parte Geral enuncia as normas fundamentais, nos arts. 1º a 12, em boa parte repetindo ou densificando garantias constitucionais. O art. 5º, inciso XXXV, da Constituição assegura que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito; o inciso LIV exige o devido processo legal; o inciso LV garante contraditório e ampla defesa; o inciso LXXVIII protege a duração razoável; e o art. 93, inciso IX, impõe a publicidade e a fundamentação dos julgamentos. O Código não se limita a reiterar essas cláusulas: atribui-lhes consequências procedimentais concretas, como a proibição de decisão contra uma parte sem sua prévia oitiva (art. 9º) e a nulidade da decisão não fundamentada (art. 11). A norma fundamental opera, assim, como critério de validade dos atos e como parâmetro de interpretação das regras ordinárias.

O modelo cooperativo

O art. 6º dispõe que todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva. A cláusula afasta tanto o modelo em que o juiz é mero espectador da disputa quanto aquele em que conduz o processo de modo solitário: a condução passa a ser compartilhada, com diálogo permanente entre juiz, partes e demais participantes. Dessa matriz decorrem deveres de esclarecimento, de consulta, de prevenção e de auxílio, concretizados em dispositivos como o que obriga o juiz a indicar com precisão o que deve ser corrigido na petição inicial antes de indeferi-la (art. 321), o

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Fontes dos direitos humanos

Fontes de direito internacional aplicáveis à matéria

A identificação das fontes dos direitos humanos no plano internacional segue, em larga medida, a classificação geral das fontes de direito internacional público, adaptada às particularidades dessa área específica. Os tratados internacionais constituem a fonte mais expressiva e detalhada, por consistirem em acordos formais entre sujeitos de direito internacional que estabelecem, de modo preciso e vinculante, o conteúdo e o alcance de determinados direitos. O costume internacional, formado pela prática reiterada e uniforme dos Estados acompanhada da convicção de sua obrigatoriedade jurídica, constitui fonte relevante especialmente para direitos de proteção tão consolidada que sua observância independe de adesão formal a tratado específico, como a vedação à escravidão e à tortura.

Princípios gerais e soft law

Além de tratados e costumes, os princípios gerais de direito reconhecidos pelas nações, compreendidos como valores jurídicos comuns às diferentes tradições normativas, integram o conjunto de fontes aplicáveis à matéria, fornecendo parâmetro interpretativo relevante quando a norma convencional ou costumeira se mostra insuficiente para solucionar determinada situação concreta. Soma-se a esse conjunto a chamada soft law, categoria de instrumentos não vinculantes em sentido estrito, como declarações, resoluções e diretrizes adotadas por organizações internacionais, que, embora desprovidos de força jurídica obrigatória imediata, exercem influência relevante na formação de consenso internacional e frequentemente antecipam o conteúdo de normas que, posteriormente, vêm a ser incorporadas em tratados de natureza plenamente vinculante.

Fontes internas e sua relação com as fontes internacionais

No plano interno, a Constituição figura como fonte primária de proteção de direitos fundamentais, estabelecendo catálogo próprio de direitos e organizando sua relação com o conteúdo proveniente de fontes internacionais incorporadas ao ordenamento nacional. A legislação infraconstitucional, por sua vez, detalha e operacionaliza o conteúdo constitucional, criando mecanismos processuais e institucionais específicos de efetivação dos direitos reconhecidos em nível superior. Essa estrutura de fontes não opera de forma estanque: a interpretação do catálogo constitucional de direitos é progressivamente enriquecida pelo diálogo com o conteúdo das fontes internacionais incorporadas, em movimento de retroalimentação que amplia, ao longo do tempo, o alcance interpretativo conferido aos direitos de matriz constitucional.

Jurisprudência como fonte de densificação do conteúdo normativo

A jurisprudência, tanto interna quanto internacional, cumpre função relevante de densificação do conteúdo normativo dos direitos humanos, traduzindo cláusulas gerais em parâmetros aplicáveis a situações concretas específicas. Embora, em sentido estrito, não constitua fonte autônoma equivalente a tratado ou costume, a jurisprudência consolidada exerce influência prática equivalente à de fonte formal, na medida em que orienta de maneira relativamente estável a aplicação futura do mesmo dispositivo normativo a situações semelhantes, consolidando interpretação que tende a ser seguida de forma reiterada pelos órgãos competentes.

A tabela apresentada abaixo compara três fontes de direitos humanos quanto ao seu processo típico de formação e ao grau de precisão de seu conteúdo.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

LINDB e Introdução ao Direito Civil Brasileiro

De antemão, infere-se que a LEI de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, ou LINDB, (antes denominada LICC), não faz parte do Código Civil, apesar de se encontrar anexa a esta legislação. Cuidando-se, assim, de um acoplado de normas que possuem como finalidade, disciplinar as próprias normas jurídicas, ou, *lex legum* – norma sobre normas.

Ressalta-se que a legislação em estudo, predispõe condições genéricas para a formação, elaboração, vigência, eficácia, interpretação, integração e aplicação das leis como um todo.

Denota-se que a troca de nomes da LINDB ocorreu com o objetivo de colocar a devida adequação à aplicação prática, bem como a abrangência real da lei de introdução ao seu aspecto formal pelo nome da ementa.

Desta forma, a Lei n. 12.376/2010 passou a predispor que o decreto é Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, e não somente norma de cunho civil. Nesta seara, a LINDB se dirige ao legislador e aplicador do direito de maneira diferente das demais normas jurídicas, haja vista, estas possuírem o atributo da generalidade e se encontrarem destinadas à toda a sociedade.

Incumbe-se a LINDB de tratar das seguintes situações:

- Da vigência e da eficácia das normas jurídicas;
- Do referente ao conflito de leis no tempo;
- Do conflito de leis no espaço;
- Dos critérios hermenêuticos;
- Do referente aos critérios de integração do ordenamento jurídico;
- Das normas de direito internacional privado, nos moldes dos artigos 7º a 19;
- Das normas de direito público, nos ditames do artigo 20 ao 30.

Das Fontes do Direito

Podemos conceituar fonte como sendo a origem ou como formas de expressão do direito. O jurista Miguel Reale conceitua as fontes do direito como sendo os "*processos ou meios em virtude dos quais as regras jurídicas se positivam com legítima força obrigatória*". Já o ilustre Hans Kelsen, define a fonte do direito como: *"o fundamento de validade da norma jurídica, decorre de uma norma superior, válida".*

Ressalta-se que classificar e dividir as fontes do direito, não é tarefa fácil segundo a doutrina. Sendo assim, a maioria dos doutrinadores edita sua classificação, dividindo-a da seguinte forma:

- **Fontes formais:** São aquelas que se encontram dispostas de forma expressa na LINDB, se dividindo em fontes primárias, que são as leis; e fontes secundárias, que se referem à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.
- **Fontes informais:** São aquelas que se encontram dispostas na LINDB, tais como a doutrina, a jurisprudência e equidade.

Registra-se que existem doutrinadores que classificam as fontes formais secundárias como fontes indiretas ou mediatas, tendo em vista o fato de poderem ser aplicadas em situações de lacuna legal nas omissões da lei, conforme o art. 4º que aduz: "*quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito*".

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Direito Penal

O Direito Penal é uma das principais áreas do ordenamento jurídico, responsável por estabelecer as normas que definem condutas consideradas ilícitas e as respectivas sanções aplicáveis. Dentro desse contexto, os princípios do Direito Penal desempenham um papel fundamental, pois servem como diretrizes que limitam o poder punitivo do Estado e protegem os direitos fundamentais dos indivíduos. Esses princípios não apenas orientam a criação e aplicação das normas penais, mas também asseguram que o exercício do poder punitivo seja conduzido de maneira justa, proporcional e respeitosa dos direitos humanos.

A compreensão desses princípios é essencial para qualquer estudo do Direito Penal, uma vez que eles formam a base para a interpretação e aplicação das leis penais. Este documento tem como objetivo explorar esses princípios, destacando sua importância e os diferentes aspectos que os compõem, proporcionando uma visão detalhada e crítica sobre o funcionamento e as implicações do Direito Penal na sociedade moderna.

Princípio da Legalidade

O Princípio da Legalidade é um dos pilares fundamentais do Direito Penal e está consagrado tanto na Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso XXXIX, quanto no artigo 1º do Código Penal. Este princípio estabelece que não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal. Em outras palavras, para que uma conduta seja considerada crime e para que uma pena seja aplicada, é imprescindível que haja uma lei anterior que assim o determine.

Subprincípios do Princípio da Legalidade

O Princípio da Legalidade se desdobra em dois subprincípios essenciais: a reserva legal e a anterioridade.

Reserva Legal

A reserva legal refere-se ao fato de que somente a lei, entendida como norma escrita emanada do Poder Legislativo, pode definir o que é crime e qual é a pena aplicável. Isso significa que nenhuma outra fonte de direito, como costumes ou normas administrativas, pode criar tipos penais ou sanções criminais. A reserva legal é um mecanismo de proteção das liberdades individuais, garantindo que apenas leis criadas através do processo legislativo democrático possam restringir a liberdade dos cidadãos.

No contexto das contravenções penais, a doutrina majoritária entende que, apesar de serem infrações de menor potencial ofensivo, elas também estão sujeitas ao princípio da reserva legal, ou seja, só podem ser definidas e punidas com base em uma lei anterior.

Além disso, o princípio da reserva legal se aplica não apenas às penas tradicionais, mas também às medidas de segurança, que são sanções penais aplicadas com base na periculosidade do agente, e não em sua culpabilidade. Exemplo disso é o tratamento ambulatorial ou a internação de indivíduos que cometeram crimes, mas que possuem doenças mentais que os tornam incapazes de entender o caráter ilícito de suas ações.

Anterioridade

A anterioridade complementa o princípio da reserva legal ao exigir que a lei que define um crime e comina a pena correspondente seja anterior ao fato criminoso. Isso quer dizer que uma pessoa só pode ser punida por uma conduta que era proibida por lei no momento em que a ação ou omissão foi praticada. Esse subprincípio impede a retroatividade da lei penal em desfavor do réu, protegendo os indivíduos de serem punidos por condutas que, no momento em que foram realizadas, não eram consideradas crimes.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Princípios

Princípios regentes

Princípio da Dignidade da Pessoa Humana:

Trata-se, sem dúvida, de um princípio regente, cuja missão é a preservação integral do ser humano, desde o nascimento até a morte, conferindo-lhe autoestima e garantindo-lhe o mínimo existencial.

A referência à dignidade da pessoa humana, feita no art. 1.º, III, da Constituição Federal, "parece conglobar em si todos aqueles direitos fundamentais, quer sejam os individuais clássicos, quer sejam os de fundo econômico e social". É um princípio de valor pré-constituinte e de hierarquia supraconstitucional.

O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana possui dois prismas: objetivo e subjetivo. Objetivamente, envolve a garantia de um mínimo existencial ao ser humano, atendendo as suas necessidades vitais básicas, como reconhecido pelo art. 7.º, IV, da Constituição, ao cuidar do salário mínimo (moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte, previdência social).

Inexiste dignidade se a pessoa humana não dispuser de condições básicas de vivência. Subjetivamente, cuida-se do sentimento de respeitabilidade e autoestima, inerentes ao ser humano, desde o nascimento, quando passa a desenvolver sua personalidade, entrelaçando-se em comunidade e merecendo consideração, mormente do Estado.

Para que o ser humano tenha a sua dignidade preservada torna-se essencial o fiel respeito aos direitos e garantias individuais.

Princípio do Devido Processo Legal:

O outro princípio regente concentra-se no devido processo legal, cuja raiz remonta à Magna Carta de 1215 ("Nenhum homem pode ser preso ou privado de sua propriedade a não ser pelo julgamento de seus pares ou pela lei da terra"). A célebre expressão "by the lay of the land" (lei da terra), que inicialmente constou da redação desse documento histórico, transmudou-se para "due process of law" (devido processo legal).

A modificação vernacular não teve o condão de apartar o significado histórico do princípio. Buscou-se uma garantia e uma proteção contra os desmandos do rei, encarnando a época autoritária absoluta na Inglaterra. Não mais seria possível admitir-se a prisão ou a perda de bens de qualquer pessoa em virtude de simples capricho do governante. A tolerância havia atingido seu limite, tornando-se essencial o surgimento do princípio da legalidade ou reserva legal, determinando o império da lei sobre a vontade do rei.

A lei da terra envolvia os costumes, donde surge o direito consuetudinário, até hoje prevalente no Reino Unido. Portanto, haveria de prevalecer a vontade da sociedade, espelhada pelos tradicionais costumes, em detrimento da vontade do soberano.

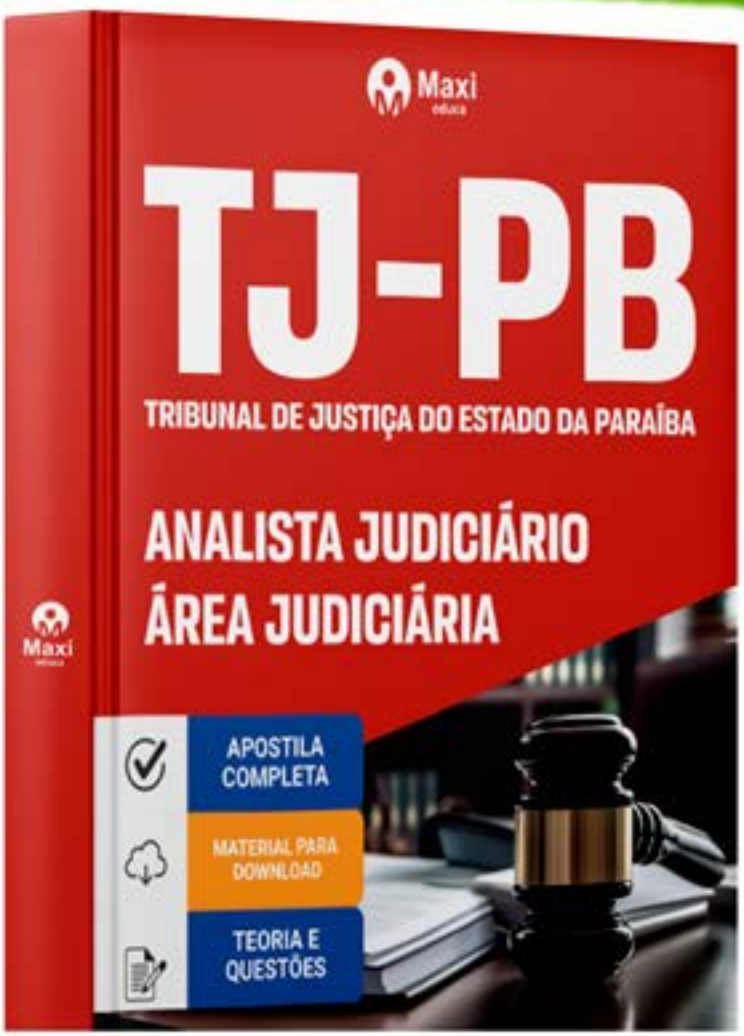
Hoje, consubstancia-se no moderno princípio da legalidade penal, demonstrativo de não existir crime e pena sem prévia previsão legal.

O devido processo legal, portanto, possui dois importantes aspectos: o lado substantivo (material), de direito penal, e **o lado procedimental** (processual), de processo penal.

No primeiro, encaixa-se o princípio da legalidade, basicamente, além dos demais princípios penais. Quanto ao prisma processual, cria-se um espectro de garantias fundamentais para que o Estado apure e constate a culpa de alguém, em relação à prática de crime, passível de aplicação de sanção. Eis por que o devido processo legal coroa os princípios processuais, chamando a si todos os elementos estruturais do processo penal democrático, valendo dizer, a ampla defesa, o contraditório, o juiz natural e imparcial, a publicidade, dentre outros, como forma de assegurar a justa aplicação da força estatal na repressão aos delitos existentes.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Maxi educa



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!